



ACÓRDÃO Nº43/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11282/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Eirunepé
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3010/2017-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Eirunepé. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Concessão de Prazo. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Eirunepé**, de responsabilidade do **Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro**, no curso do exercício 2015, com fulcro no art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro** no valor de **R\$ 2.500,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.3. **Conceder Prazo ao Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro** de 30 dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Pública (art. 72,



ACÓRDÃO Nº43/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Eirunepé que:

10.4.1. Inclua a escrituração contábil das despesas com materiais de consumo assim como, realize o Inventário dos materiais de consumo, permanentes e demais que compõem o ativo da Câmara supracitada;

10.4.2. Observe com máximo rigor a Lei de Licitações e Contratos;

10.5. Dar ciência deste Acórdão ao Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro e à Câmara Municipal de Eirunepé;

10.6. Arquivar o presente processo, após cumprimento da decisão acima, nos termos regimentais.

11- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Janeiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral